

JO

JORNAL OFICIAL

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

I SÉRIE NÚMERO 1

**Vice-Presidência do Governo,
Emprego e Competitividade
Empresarial**

Portaria n.º 1/2020 de 2 de janeiro de 2020

Fixa os valores unitários da ajuda para as estimativas de abastecimento do Regime Específico de Abastecimento. Revoga a Portaria n.º 2/2018, de 11 de janeiro.



Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial

Portaria n.º 1/2020 de 2 de janeiro de 2020

O Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento e do Conselho, de 13 de março de 2013, que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das Regiões Ultraperiféricas da União, criou um Regime Específico de Abastecimento em relação a alguns produtos agrícolas enumerados no anexo I do Tratado, essenciais para o consumo humano ou para o fabrico de outros produtos.

Nos termos do segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 6.º do citado Regulamento, é elaborado um projeto de programa global, que inclui um plano de previsões de abastecimento das regiões ultraperiféricas, com indicação dos produtos, as respetivas quantidades e os montantes das ajudas para o abastecimento a partir da comunidade, apresentado pelo Estado Português à Comissão Europeia.

As normas de execução do Regime Específico de Abastecimento estão fixadas no Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, da Comissão, de 20 de fevereiro de 2014.

Assim, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pela Vice-Presidência do Governo Regional, ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 89.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos da Resolução n.º 41/2007, de 26 de abril, o seguinte:

1 - São fixados os valores unitários da ajuda para as estimativas de abastecimento do Regime Específico de Abastecimento, conforme quadro anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

2 - Sempre que a soma das quantidades declaradas para abastecimento pelos operadores registados, nos termos do Regulamento Delegado (UE) n.º 179/2014, da Comissão, de 6 de novembro de 2013, resulte num valor superior aos contingentes fixados na presente portaria, estes últimos serão distribuídos com base num sistema de quota individual.

3 - O sistema de quotas será determinado, em valor percentual, tendo por referência as quantidades executadas por cada operador em relação à totalidade dos abastecimentos nos três anos imediatamente anteriores a cada exercício económico em causa.

4 - Para efeitos do número anterior, será considerado um sub-contingente para o trigo mole panificável e um outro para os restantes cereais.

5 - Para efeitos do número 2, sempre que as quantidades declaradas, por operador, sejam inferiores a 1.000 toneladas, estas serão satisfeitas integralmente.

6 - É reservado um contingente específico máximo de 3.750 toneladas, proveniente do sub-contingente dos restantes cereais, para os operadores estabelecidos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo.

7 - Nas situações em que não seja possível aos operadores estabelecidos nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo procederem ao abastecimento direto de cereal a partir do exterior da Região, é permitida, a título excecional, a aquisição do produto a outros operadores económicos inscritos no Regime Específico de abastecimento, mediante a transferência de quantidades nas respetivas quotas.

8 - É fixado um contingente comunitário para novos operadores, não superior a 8% do contingente global.

9 - O operador que não executar até 90% da quota atribuída em cada ano, será penalizado na distribuição da quota do ano seguinte em igual montante das quantidades não executadas, salvo caso de força maior devidamente justificado, ou na situação prevista no número seguinte.

10 - Não haverá lugar a penalização se os operadores comunicarem à Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, até 30 de setembro de cada ano, as quantidades que não irão ser utilizadas em relação à quota inicialmente atribuída.

11 - A Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade procederá à redistribuição das quantidades não utilizadas nos termos do número anterior pelos operadores interessados, de acordo com o critério previsto no número 3.

12 - É revogada a Portaria n.º 2/2018, de 11 de janeiro.

13 - A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2020.

Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial.

Assinada a 10 de dezembro de 2019.

O Vice - Presidente do Governo, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*.

ANEXO

Código	Produto	Contingente - toneladas			Ajuda Unitária	Contingente Financeiro (€)
		Total	Ajuda	Import./Isenção		
10019190 10019900	Trigo mole panificável	25.000	25.000	0	44,00 €	1.100.000
10019190 10019900 1002 10039000 110710 110320 100700 10086000 10059000 12060099 12019000 10011900 230230 230240	Trigo mole forrageiro Centeio Cevada Malte Grumos, sêmolas e pellets de cereais Sorgo Triticale Milho Sementes Girassol Sementes Soja Trigo Duro Sêmeas de trigo Sêmeas de outros cereais	175.000	115.600	59.400	44,00 €	5.086.400
Total cereais		200.000	140.600	59.400		6.186.400
100630	Arroz branqueado	1.820	1.420	400	80,00 €	113.600
17011210 17011310 17011410	Açúcar bruto de cana e de beterraba	10.000	10.000		----- ----- -----	
						6.300.000